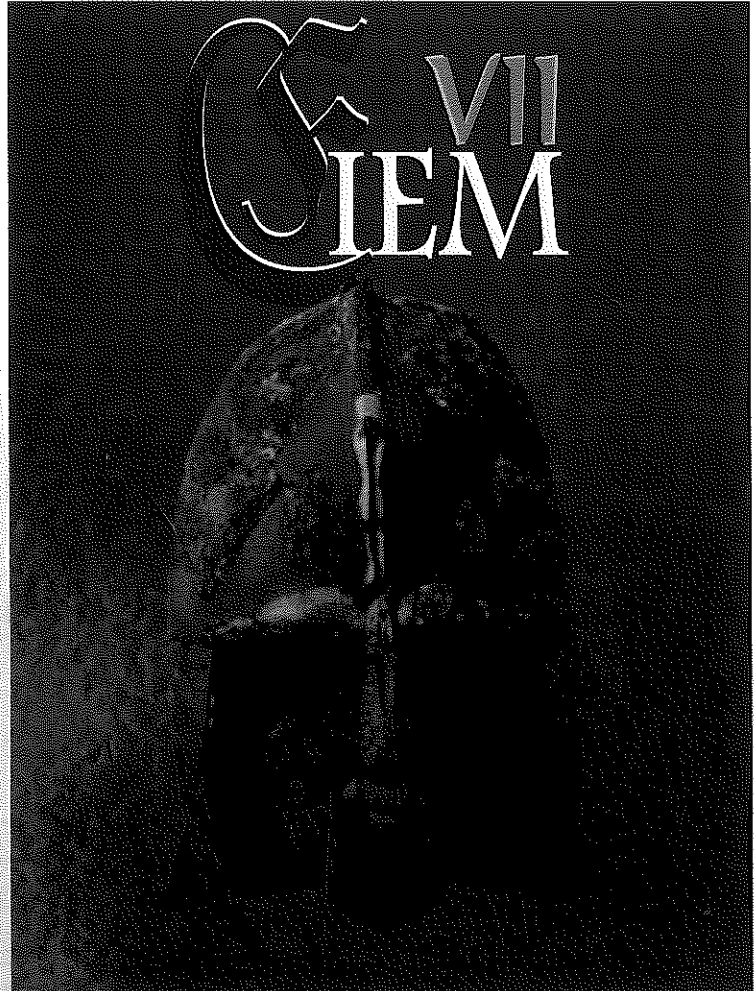


ANAIS

VII EIEM - Encontro Internacional de Estudos Medievais

Idade Média: permanência, atualização, residualidade



Roberto Pontes | Elizabeth Dias Martins
(Organizadores)

Copyright © 2009 Roberto Pontes, Elizabeth Dias Martins (Orgs).

Coordenação Geral: Prof. Francisco ROBERTO Silveira de PONTES Medeiros (UFC)
Comissão Organizadora: Coordenador Geral: Prof. Roberto Pontes (UFC) – Vice-Co-
ordenação: Prof. Elizabeth Dias Martins (UFC) – 1ª Secretária: Prof.ª Irenísia Torres de Oliveira (UFC) – 2ª Secretário: Prof. Cid Ottoni Bylaardt (UFC) – Tesoureira: Prof.ª Maria Neuma Barreto Cavalcante (UFC)

Comissão Consultiva: Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA) – Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (UFRJ) – Angelita Marques Visalli (UEL) – Célia Marques (UFBA) – Elizabeth Dias Martins (UFC) – João Luppi Filho (UFSC) – Leila Rodrigues da Silva (UFRJ) – Lênia Márcia de Medeiros Mongelli (USP) – Luis Alberto de Boni (UFRGS) – Márcio Muniz Sodré (UEFS) – Maria do Amparo Tavares Maleval (UERJ) – Paulo Roberto Sodré (UFES) – Risonete Batista de Souza (UFBA) – Francisco ROBERTO Silveira de PONTES Medeiros (UFC) – Vanda Bittencourt (PUC-Minas) – Yara Frateschi Vieira (UNICAMP).

Preparação e Digitação: Patrícia Elaine Lima Barros



Rua Tereza Cristina, 1386 - Centro - Cep: 60015-141 - Fortaleza-CE

Fone: (85) 3214.2241 - premius@premiuseditora.ind.br

www.premiuseditora.ind.br

Filiada à



Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil
Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

E 79

Encontro Internacional de Estudos Me-
dievais (7.: 2007 jul.: Fortaleza-Ce, Brasil).
Anais [do] VII Encontro Internacional de Estudos
Medievais - Idade Média: permanência, atualização, residuali-
dade / organizado por Roberto Pontes e Elizabeth
Dias Martins. – Fortaleza / Rio de Janeiro: UFC / ABREM, 2009.

728 p.: il.

ISBN 978-85-7564-449-2

1. Idade Média I. Pontes, Roberto II. Martins,
Elizabeth Dias

CDD 909

A "CRONICA DEL REI DOM AFFOMSO", FONTE PERDIDA DA
CRÓNICA DE 1419

Maria Isabel Rosa Dias
Universidade do Algarve

Não seria exagerado comparar certo tipo de investigação de fontes literárias a uma partida de xadrez, pela mesma exigência de decifração táctica de sentidos. D. João I, no *Livro da Montaria*, recordava que aquele jogo fora equiparado pelos antigos a uma "batalha", mas, porque não deixava de ser "joguo", acreditavam eles que "nom filharia o entender trabalho em elle, e [...] seria reparado o trabalho do entender". No entanto, a prática encarrêgar-se-ia de desmentir tal ideia, mostrando que o esforço facilmente se sobrepunha ao prazer, "porque em departir o joguo bõ do mao, forçado era que o entender afanasse"¹. Da mesma maneira, quem procura compreender o código genético de determinada obra, dispondo muitas vezes para isso de escassos elementos, realiza um jogo estratégico, lento e de precária "folgança". Este passa pela decomposição e recomposição de parcelas textuais, em que se buscam as combinações das diferentes identidades de escrita. O desejo de localização das várias camadas autorais confunde-se com a necessidade de compreender o processo de engendramento da memória escrita e vai-se satisfazendo não só *ope codicum* mas também *ope ingenii*, ainda que por vezes apenas provisoriamente, até que novas evidências filológicas permitam alcançar resultados mais definitivos. É sobre o tabuleiro da investigação das fontes da "crónica do reinado de D. Afonso Henriques", inserida na *Crónica de 1419*², que gostaria de movimentar algumas peças. Estas referem-se especificamente a passagens que giram em torno da figura de S. Vicente.

O facto de só nos anos quarenta do século passado terem sido descobertos os dois manuscritos que transmitem o texto daquela crónica (a *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, em 1942, e a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, em 1945) poderá ajudar a explicar o facto de a bibliografia sobre as suas fontes contar com relativamente poucos títulos. Em 1951, Artur de Magalhães Basto, num ensaio em que reivindicava para Fernão Lopes a autoria da *C1419* (*A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da Crónica de cinco reis em face dessa tese*) fazia um levantamento, que está muito longe de ser exaustivo, das fontes da *Crónica*, sem, no entanto, aprofundar a respectiva identificação e caracterização³. No mesmo ano, Lindley Cintra, no estudo que precede a edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁴, do Conde D. Pedro de Barcelos, inventariava minuciosamente os aproveitamentos que a crónica quatrocentista (desde a crónica do condado de D. Henrique até à crónica do reinado de D. Dinis, inclusive) tinha feito da *Crónica Geral*⁵. Mais perto dos nossos dias, em 1996, Teresa Amado aprofundou a investigação das fontes da primeira secção da *C1419*, respeitante ao reinado de Afonso Henriques, na dupla perspectiva da sua identificação e da contextualização narrativa dos enunciados de citação (*Investigação das origens: o reinado de D. Afonso Henriques*)⁶.

1. D. João I, *Livro da Montaria*, edição de Manuel Lopes de Almeida, in *Obras dos Príncipes de Avis, Tesouros da Literatura e da História*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1981, p. 11.
2. Passarei a designar esta crónica através da abreviatura *C1419*.
3. A. de Magalhães Basto, "A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da *Crónica de Cinco Reis em face dessa tese*", Porto, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos, 1951. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XIV, fascs. 1-2, pp. 76-78.
4. Passarei a designar esta crónica através da abreviatura *CGE1344*.
5. Luís Filipe Lindley Cintra, "Introdução" à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, Lisboa, IN-CM, 1951, pp. CDV-CDVII, nomeadamente as notas n.ºs. 240 a 244. Ainda no respeitante a este último reinado, vejam-se as notas ao cap. IV da mesma "Introdução" e a recensão ao livro citado de M. Basto na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, XVII, 1951, pp. 259-260.
6. Teresa Amado, "Investigação das origens: o reinado de D. Afonso Henriques". Separata das *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Madrid, Universidad de Alcalá, 1996, pp. 143-149.

Dispomos, com efeito, de um levantamento bastante completo dos materiais usados pelo autor da *C1419* para a escrita da história do primeiro reinado. Creio por isso que o estudo das respectivas fontes talvez devesse avançar numa outra frente: a que procura averiguar se o aproveitamento de determinada fonte se fez de forma directa ou mediada, com vista a colocar em perspectiva a sequência dos encaixes do texto de citação e, portanto, os diferentes níveis de intervenção autoral na redacção cronística. Apesar de muitos dos materiais que narravam acontecimentos do reinado de Afonso Henriques terem desaparecido com o passar do tempo, transformando tal tarefa num exercício por vezes demasiado complexo, ainda assim valerá a pena tentar levá-la à prática.

Creio que Lindley Cintra foi o primeiro estudioso a procurar uma delimitação textual dos diferentes níveis de intervenção autoral na composição da crónica quatrocentista do reinado de Afonso Henriques. No estudo *Sobre a formação e evolução da Lenda de Ourique*, o filólogo destacou e circunscreveu a interferência do autor da desaparecida "crónica del rei dom Affonso", posterior a 1344, na reescrita do episódio da batalha de Ourique, restringindo ao mesmo tempo o campo de intervenção do redactor da *C1419*⁷. Este muito provavelmente limitou-se a reproduzir, sem alterações demasiado transformadoras, tal episódio, que no seu tempo já apresentaria, portanto, uma forma bastante trabalhada.

Mas a "crónica del rei dom Affonso", assim citada pelo cronista de 1419, não terá sido utilizada por este autor apenas como fonte da narração lendária da batalha de Ourique, onde efectivamente se faz referência a uma "estoria" em que Afonso Henriques contava o episódio do aparecimento de Cristo antes da batalha (cap. 14). Há a possibilidade de várias outras citações da *C1419* apontarem para a crónica perdida do séc. XIV, ultrapassando o seu número os três exemplos que levaram Cintra a considerar aquela obra "uma descrição bastante completa e longa do reinado do primeiro rei português, em que a matéria lendária ocupava um lugar predominante"⁸. Assim, a) a propósito da genealogia de D. Afonso Henriques (cap. 2), surgem duas referências a uma "crónica del rei dom Affonso" (a segunda das quais é uma remissão para este título através expressão "segundo se faz menção no principio desta crónica")⁹; b) no final do episódio lendário da vinda do legado papal para excomungar Afonso Henriques por este ter desafiado a autoridade de Roma é referido um "livro das estórias" onde o rei terá mandado arquivar uma carta que o seu escrivão lhe enviara de Roma (cap. 18), e logo a seguir, no remate do capítulo em que se narra aquele episódio, aparece uma referência à "estoria" que estava a ser transcrita: "E ora leyxa a estoria [*historia da Cronica*, no ms. da *Crónica de Cinco Reis*] de falar del rey dom Afonso e torna às cousas que fez el rey Ismar depois de vencido no campo d. Ourique, e diz desta maneira"; c) na transição da curta narração acerca do casamento de Afonso Henriques com D. Mafalda para o extenso relato da conquista de Santarém é citada uma fonte que já antes fora utilizada: "E ora torna aquy a estoria e a croniqua a falar del. Rey dom Afonso, como tomou a vila de Santarem" (cap. 19); d) no capítulo em que começa a narração da conquista de Lisboa são citadas fontes que podem eventualmente remeter para a mesma obra: "E, como quer que nós achamos em esprito que ouve muy pouquo tempo da filhada de Santarem ata a tomada de Lixboa", "E depois foy çerquar Çintra, e de como a ele ouve, se per força, se per preytesya, ou de que guysa, não no achamos em esprito" (cap. 26); e) no capítulo que relata a tomada de Santarém pelos mouros em 1184 é referida por duas vezes a "crónica dos feitos del rey dom Afonso que foy achada em Coimbra".

7. L. F. Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Miscelânea de Estudos em Honra do Professor Hernâni Cidade, IIIª série, n.º1, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1957.
8. *Idem*, *ibidem*, pp. 203-205.
9. Todas as citações da crónica quatrocentista são feitas a partir da seguinte edição crítica: Adelino de Almeida Calado, *Crónica de Portugal de 1419*, Universidade de Aveiro, 1998.

a segunda das quais através da expressão “E conta aquela coroniqua que disemos” (cap. 43); f) no início do longo relato que narra as circunstâncias de uma investida de Afonso Henriques e do seu filho D. Sancho contra os mouros de Sevilha é citada a fonte transcrita: “Conta a croniqua que, depois que os cinco anos da treguoa que el.rey dom Afonso fez com el.rey Alboache, como ja disemos, foram acabadas” (cap. 38).

Se, com efeito, estas citações remeterem para a crónica que na segunda metade do séc. XIV refundiu os materiais relativos ao reinado de Afonso Henriques transmitidos pela CGE1344, acrescentando-lhes outros que aqui não se encontravam, então teremos de concluir que se tratava efectivamente de uma extensa compilação que acentuava os aspectos lendários da historiografia tradicional sobre Afonso I. Essa obra começaria com a genealogia deste rei, integraria os episódios da 3ª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra, ampliando e recriando o episódio da batalha de Ourique (onde o famoso milagre ocorrido antes deste confronto militar ocupava um lugar central), relataria também as conquistas mais representativas do reinado de D. Afonso (como, por exemplo, a conquista de Santarém, a de Lisboa, e a tomada de Santarém, em 1184), numa forma que estaria eventualmente próxima da que nos foi transmitida pela C1419. Muito provavelmente incluiria ainda outras narrativas que esta crónica também absorveu.

Curiosamente, o refundidor quatrocentista da CGE1344 parece ter desconhecido a referida refundição da matéria sobre Afonso I, ou tendo-a conhecido preferiu realizar uma cópia que se distanciasse pouco do seu modelo, escrito em 1344. Tudo leva a crer que a “cronica del rei dom Affonso” tenha sido escrita em português, como o foram outras obras historiográficas do séc. XIV (a IVª Crónica Breve do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a CGE1344, a Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente e a Crónica da Conquista do Algarve, por exemplo). A sua génese poderá estar relacionada quer com os tempos difíceis do reinado de D. Fernando quer com a convulsão social de 1383-85, acontecimentos susceptíveis de reforçar o sentimento nacionalista e de estimular a evocação dos seus principais símbolos. Entre estes, o rei fundador, Afonso Henriques, ocupava certamente um lugar privilegiado.

Pese embora a importância que a “cronica del rei dom Affonso”, pelas suas características, deverá ter tido na composição da C1419, há que ressaltar a possibilidade de na lista das citações atrás apresentada se encontrarem referências que apontem não para a crónica de trezentos, mas para fontes mais antigas, latinas (citadas por qualquer um dos autores anónimos, o do séc. XIV, ou o de 1419). Não afirmava o humanista André de Resende, na Carta a Bartolomeu de Quevedo, ter consultado uma crónica latina do tempo de Afonso Henriques, preciosamente guardada pelos monges de Santa Cruz de Coimbra, que relatava acontecimentos do reinado daquele monarca¹⁰? O que todavia não parece provável, fazendo fé nas suas próprias palavras, é que o autor da C1419 tenha introduzido profundas transformações narrativas nas fontes que a tradição lhe legou, acrescentando-lhes por exemplo novos episódios por ele inventados. Serão no entanto seus alguns dos enunciados em que se previne o leitor de que apenas se transmite aquilo que foi encontrado nas fontes e que as lacunas informativas só a elas devem ser imputadas (por exemplo, a propósito do casamento de Afonso Henriques com D. Mafalda, o autor quatrocentista adverte-nos: “E as cousas que se em este casamento fezerom não sam aquy postas porque não achamos como foram. E porém nós, por não seguir senão as cousas que achamos espritas, nom pusemos mais senam casado e o tempo em que casou”, p. 34).

Esta tendência do autor quatrocentista para seguir o texto das fontes de forma extensa não o terá contudo impedido, pelo menos no caso específico do relato da trasladação de S.

10. André de Resende, *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, introdução, texto latino, versão e notas de Virgínia Soares Pereira, Coimbra, INIC, 1988, p. 74 (texto latino), p. 75 (tradução).

Vicente para o Algarve, de abandonar a fonte em uso (a “cronica del rei dom Affonso”) para seguir outras que alargavam a amplitude do assunto tratado (a *passio* do mártir e um trecho sobre a referida trasladação, retirado da *Crónica do Mouro Rasis*, citada através da CGE1344). É o que a seguir procurarei demonstrar, retomando deste modo a análise dos diferentes planos de participação autoral na redacção da crónica quatrocentista de Afonso Henriques.

1. Identificação do trecho da C1419 em que se abrevia um presumível relato tradicional sobre o culto moçárabe de S. Vicente (no Algarve, entre os sécs. VIII e XII) e se interrompe o relato da trasladação do mártir para Lisboa (em 1173), provavelmente ambos transmitidos pela “cronica del rei dom Affonso”

O trecho referido surge associado ao relato da batalha de Ourique, servindo-lhe de remate, no cap. 14 (da edição citada). Nele se narra como após terem sido recolhidos os depojes no campo de batalha, Afonso Henriques e os seus homens regressaram a Coimbra, sendo aí informados por D. Teotónio, prior do Mosteiro de Santa Cruz, que entre os prisioneiros trazidos para aquela cidade se encontrava um grupo de cristãos. Dois destes revelaram ao rei que haviam prestado culto a S. Vicente no sudoeste do Algarve, despertando no monarca a vontade de trasladar as relíquias do mártir para Lisboa. Se, de facto, como tudo leva a crer, a longa e lendária narrativa da batalha de 1139 provier da imaginação recriadora do autor da “cronica del rei dom Affonso” faz sentido que o seu prolongamento também tenha a mesma origem. Parto pois do princípio de que também a este autor se deveu a transmissão da narrativa tradicional sobre o culto moçárabe de S. Vicente no Algarve que andava associada à da batalha de Ourique; narrativa que o autor da C1419 reproduziu, abreviando-lhe no entanto, como presumo, o final:

Depois dos tres dias pasados que ele esteve no campo com grande honra e com grandes gamças d.ouro e de prata e gados e presoneyros, tornou-se pera Coimbra. E, antre os prisoneyros que ele trazia, vinhom hũa companha de gentes que chamavam moçaraves, os quaes erom christãos e os tinhom os mouros em aquela terra por cativos. E, quando chegou a Coimbra, ho prior de Santa ~~✱~~ sayo a receber el.rey e entom lhe dise: “Ó senhor rey e vós outros, barões nobres, que sois ffilhos da santa Igreja, por que trazês vossos irmãos asy presos e cativos, asy como se fosse infieis, os quaes vós devies aguardar asy caridosamente como vós mesmos? Hora vos roguo, senhor, que estes que som da ley de Jhesu Christo sejam despachados e livres da prisom”. E el.rey dom Afonso Amriquez, quando esto ouvyo dizer, foy movydo à soguygaçom da rezom, a qual no seu fundamento he a ley que he “Amarás a Deos sobre todas as cousas e o teu prouxyomo como a ty mesmo”. E, porque ele vyo que estes erom seus prouxyomos, foy movido à razom que lho prior dezia e mandou, os soltar e livrar do cativeyro. E amtre estes moçaraves vinhom dous que erom homens de grande idade e d.estreitada vida, os quaes comtarom a el.rey como estiverom no cabo da terra que departe o mar Oceano donde se começa ho mar Mediterraneo, e que naquele lugar jazia o corpo do marter Sam Vicente, ao qual eles virom fazer muytos milagres. E, quando el.rey dom Afonso esto ouvyo, foy movido com bõo desçojo d.aver aquele corpo santo em sua terra. E ora leyxemos aquy de falar desto, qua depois o contaremos no lugar que pertence à estoria, e tornemos a dizer como Sam Vicente foy martyryzado e deshy como foy gardado dos christãos e os milagres que Deos por ele fez, em soma, e qual hocasyom o fez vir ao cabo de Sam Vicente e per a guisa que foy buscado por el.rey dom Afonso Amriquez e como o não pôde achar, e deshy como dipois foy achado e trazido à çidade de Lixboa. (pp. 24-25)

No início da narrativa destaca-se a figura de D. Teotónio, prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e conselheiro de D. Afonso Henriques. Em discurso directo, registo abundantemente usado no relato anterior da batalha de Ourique, o prior interpela o rei, censurando-o pelo tratamento dado aos prisioneiros trazidos daquele campo para Coimbra. As semelhanças desta fala com uma outra também atribuída ao prior, e registada pelo autor da *Vita Theotonii*¹¹ transformam-na num exemplo de *contaminatio*. Estaremos também aqui perante um dos resultados da intervenção remodeladora do autor da “cronica del rei dom Affonso”, como parece ser o caso das sequências do relato da batalha de Ourique (transmitida pela *C1419*) em se que reflectem situações narrativas da lenda de Fernão Gonçalves? Segue-se, na passagem citada, o episódio que tem como protagonistas dois moçárabes (“homens de grande idade e d'estremada vida”). Já nos finais do séc. XII, Mestre Estevão, nos *Miracula Sancti Vincentii Martiris*, tinha evocado o contributo decisivo de dois moçárabes para a trasladação do mártir para Lisboa, bem como a circunstância de terem chegado a Coimbra como prisioneiros de guerra. Contudo, aquele autor não identificou a batalha em que tinham sido aprisionados¹². Talvez outras fontes contemporâneas o tivessem feito. Mas se assim não aconteceu é de presumir que em determinada altura da reescrita do episódio tradicional que girava em torno dos moçárabes se tenha resolvido essa omissão, estabelecendo-se uma ligação clara entre ele e Ourique. Conjugavam-se, assim, num mesmo bloco narrativo dois acontecimentos representativos da acção governativa de Afonso Henriques, a que o tempo foi acrescentando importância e significado. Será que também se deve ao autor da “cronica del rei dom Affonso” a colagem do episódio dos moçárabes que revelaram o paradeiro das relíquias de S. Vicente no Algarve à narrativa da batalha de Ourique? Ou essa combinação já andava na tradição historiográfica latina, contemporânea do relato hagiográfico de Mestre Estevão, limitando-se por isso o autor do séc. XIV a transmiti-la? Inclino-me para esta segunda possibilidade, como explicarei mais à frente.

O que de certa forma surpreende é que, sendo o discurso directo tão abundante na narrativa sobre Ourique e estando também presente no episódio que envolve a figura de D. Teotónio, a notícia transmitida pelos moçárabes apareça em discurso indirecto. Talvez a opção por esta modalidade de discurso se deva ao autor da *C1419*, que terá assim, como creio e justificarei adiante, encontrado uma forma de encurtar o texto da fonte transcrita. A este começo abreviado da história do culto vicentino no Algarve, liga-se o começo de uma outra história, a da trasladação das relíquias do mártir para Lisboa: “E, quando el.rey dom Afonso esto ouvvo [o que os moçárabes lhe contram], foy movido com bõ desejo d.aver aquele corpo santo em sua terra” (p. 25). Mas é justamente neste ponto que a narração é interrompida (“E ora leyxemos aquy de falar desto, qua depois o contaremos no lugar que pertence à estoria...”, *idem*), sendo retomada apenas nos capítulos 36 e 37, de acordo com a cronologia dos acontecimentos. Ora, a suspensão do relato da trasladação para Lisboa (que, como faz supor a expressão atrás citada, faria parte da crónica-fonte), permite integrar a narração de “como Sam Viçente foy marteryzado” (cap. 15) e de “como foy gardado dos christãos e os milagres que Deos por ele fez” (cap. 16), ou seja, a narração da *passio* e uma narração antiga, moçárabe, da primeira trasladação do mártir (para o Algarve). Mas a quem devemos atribuir a inserção deste suplemento informativo sobre S. Vicente, cujos conteúdos alargariam os da tradição transmitida pelos moçárabes? Ao autor da “cronica del rei dom Affonso” ou ao autor da *C1419*? Argumentarei em favor do segundo.

11. Cf. “Vita Theotonii”, edição crítica e tradução de Aires Augusto Nascimento, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 176.

12. “Miracula S. Vincentii”, edição e tradução de Aires Augusto Nascimento e Saúl António Gomes, *Didaskalia*, fasc. 1, vol. XV, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1985, p. 98 e p. 100 (texto latino), p. 99 e p. 101 (tradução).

2. A responsabilidade do autor da *C1419* na reconfiguração de parte da matéria tradicional sobre S. Vicente (abreviação da história da trasladação do mártir para o Algarve, segundo a “cronica del rei dom Affonso”, e inserção das narrativas da paixão e da referida trasladação, esta última segundo a Crónica do Mouro Rasis).

A primeira questão está em saber se o texto da *C1419* confirma a impressão de que a fórmula herdada da historiografia antiga “E ora leyxemos aquy de falar desto, ca depois o contaremos no lugar que pertence à estoria, e tornemos a dizer...” é da autoria do cronista quatrocentista e não da fonte por ele seguida, a “cronica del rei dom Affonso”. A análise dos contextos em que ocorrem narrativas hagiográficas ao longo da *C1419* poderá ajudar a encontrar uma resposta para o problema colocado. Começo por localizar e identificar essas narrativas. A “crónica do reinado de Afonso Henriques”, além dos capítulos dedicados a S. Vicente, inclui o relato de dois dos milagres realizados pelo cruzado alemão Henrique, sepultado no Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, ao tempo da conquista desta cidade (caps. 28 e 29). A “crónica do reinado de D. Afonso II” integra uma versão da *Lenda dos Cinco Mártires de Marrocos* (caps. 63-65). E a “crónica do reinado de D. Dinis” fala da vida virtuosa da rainha Santa Isabel, recontando a história de cinco milagres praticados por ela (cap. 93). Sem dúvida que o autor da *C1419* olhou com particular interesse as tradições do maravilhoso cristão, combinando a sua função narrativa com a de fontes de outra natureza, num mesmo espaço de representação do passado. Tanto os milagres de Henrique como os da rainha Santa Isabel foram importados com o texto das respectivas fontes, ou seja, por um lado, um testemunho relacionado com a *Crónica de fundação do Mosteiro de S. Vicente e da conquista de Lisboa* e, por outro, uma versão da *Vida da Rainha Santa Isabel*. Já os textos respeitantes a S. Vicente (a *passio* e o relato da sua primeira trasladação, para o Algarve), bem como o texto da *Lenda dos Cinco Mártires de Marrocos*, deverão ser aproveitamentos directos de fontes isoladas; pelo menos os contextos em que aparecem na *C1419* não surgem em quaisquer outras fontes conhecidas. Por isso faz sentido que a inserção destas unidades textuais autónomas, seleccionadas para preencher determinados espaços do reconto da história, se faça acompanhar de expressões que asseguram a conexão narrativa, como os exemplos mostram:

S. Vicente

Cap. 14: “E ora leyxemos aquy de falar desto, qua depois o contaremos no lugar que pertence à estoria, e tornemos a dizer como Sam Viçente foy materyzado...” (p. 25)

Cinco Mártires de Marrocos

Cap. 62: “E porque, depois da tomada deste lugar [Alcácer do Sal] ate morte deste rey dom Afonso, que pasaram seis anos, nom achamos cousa que ele nem outrem fizese no regno que de contar seja, salvo que em tempo deste rey o iffante dom Pedro, seu irmão, filho del.rey dom Sancho trouve de Maroquos pera Coimbra os çimquo marteres da Ordem de Sam Francisco na era de mil ii^o lxxbiii^o anos, aos xbi dias de janciro, que foram marterizados pela ffce de Jhesu Christo, a qual estoria aquy diremos segundo foy sabida per muytos que com o iffante andavom em Maroquos...” (p. 113)

No primeiro caso (S. Vicente), o autor anuncia que vai integrar uma nova sequência que interrompe a anterior; no segundo (Cinco Mártires de Marrocos), explica que vai dar um grande passo em frente na cronologia da história narrada por não encontrar materiais que lhe permitam uma narração mais circunstanciada. Tais enunciados de ligação seriam desnecessários se os textos que introduzem já se encontrassem no alinhamento narrativo da fonte reproduzida.

Propositadamente não considere aqui o relato da trasladação dos ossos de S. Vicente para Lisboa, anunciado no final do cap. 35, através de uma expressão bastante próxima da que introduz a história dos mártires de Marrocos (“E porque des este tempo [cerco de Santarém em 1171] ataa que o corpo de Sam Vicemte foy trazido a Lixboa, nom achamos outra cousa que de contar seja, porem vos queremos aquy pôr e dizer como e em que guysa ele hy veyoo”), porque, como atrás referi, é provável que esse texto, ou uma versão dele, tenha feito parte da desaparecida “cronica del rei dom Affonso”, tendo chegado, por esta via, à C1419. Além do mais, tratava-se de um texto amplamente difundido, aparentemente o único que transmitiu a memória da trasladação das relíquias de S. Vicente para Lisboa. Constitua uma peça fundamental para exaltação da figura lendária do primeiro rei português, projecto que o autor da crónica de trezentos claramente mostra ter seguido ao reelaborar a versão tradicional da lenda de Ourique.

Se o interesse do autor da C1419 por matérias hagiográficas o levou a aproveitar diversos materiais disponíveis, julgo que no caso específico de S. Vicente tal interesse deverá ter sido reforçado pelo empenho que os elementos da dinastia de Avis (D. João I, D. Duarte e D. Pedro), em cuja proximidade o autor terá trabalhado, mostravam no respectivo culto. É de crer que D. Duarte tenha estado ligado à redacção da C1419. Justificava-se, portanto, uma particular intervenção na matéria sobre S. Vicente, em atenção à prática devocional do monarca patrocinador.

3. Os textos inseridos pelo autor da C1419 e as suas fontes (a “estoria do marter Sam Viçente”, as “estorias dos araviguos” e a “cronica de Santo Isydro”).

Não oferece dúvidas a identificação das fontes a que autor da C1419 recorreu para ampliar a evocação do laço histórico entre Afonso Henriques e S. Vicente, patrono de Lisboa. É o próprio autor quatrocentista que as cita. Primeiro, a “estoria do marter Sam Viçente”, ou seja, a narração do martírio do santo, no cap. 15:

Comta a estoria do marter Sam Viçente que ele foy natural d.Osqua, homem de linhagem e de costumes muy comprido. Este, por servir a Deos, foy chgado ao bispo São Valerio e o bispo o fez cleriguo de Avanelho e sempre sua vida pos em estremados feytos e costumes de Deos. E acomteçeo asy que Daçiano, corregedor, foy enviado por ho emperador às Espanhas e o mandado mais final que trazia do emperador asy era que qualquer que tivesse fee de Jhesu Christo que lha fizese leyxar ou que morese por clo. E na primeyra terra em que entrou da Espanha foy em Aragão e soube novas da vida de São Valerio e de Sam Viçente e da doutrina que pregavam e ensynavam a todo povo, a qual cousa o movco a sanha e mandou. os prender e trazer perante sy e lhes perguntou que fec ou que ensynança era aquela que eles ensynavam e mostravam. E Sam Valerio, homem bõ e de grande idade, porque era embarguado da fala, começou.lhe de falar pasamente, da qual cousa o bem.aventurado martir Sam Viçente ouve embargo delo. E entom dise: “Bispo Valerio, padre, per tua liçemça eu responderey a este corregedor às perguntas que nos faz”. E São Vlerio lhe deu liçemça com a bemção de Deos às cousas que à ffee pertenciam. E ele esforçadamente preegou e demostrou a santa fee de Nosso Senhor Jhesu Christo, pelo qual ho adiantado o mandou marterizar. E homens bons christãos tomarom seu corpo e o guardaram. E, em tendo.o asy, fez Deos por ele, onde estavam as relíquias dos seus ossos, tantos milagres que per toda terra dos christãos foy sabido e tido em geral reveremça. (pp. 25-26)

Trata-se de um breve resumo, feito a partir muito provavelmente de uma tradução

portuguesa. A primeira frase do resumo (“Comta a estoria do marter Sam Viçente que ele foy natural d.Osqua”) mostra que o texto consultado corresponde à versão tradicional da *passio* (de que existem várias formas e muitos manuscritos) publicada por Ruinart em 1690, nas *Acta primorum martyrum sincera et selecta*. Nesta versão da *passio*, entre várias amplificações, ausentes da versão mais antiga, a do *Passionário Hispânico*, figura a narração da genealogia do mártir, surgindo o topónimo Huesca ligado às origens de Enola, mãe de Vicente. Em alguns ramos da tradição hagiográfica vicentina o topónimo acabou, contudo, por ser associado ao mártir, como se lê no texto da C1419, e se lia em várias cópias da *Vida de S. Vicente*, de acordo com o que denunciava o hagiógrafo quinhentista Frei Diogo do Rosário, na *Historia do inicitissimo martyr Vicete*: “S. Vicete foy natural de Espanha da cidade d’Çaragoça (como claramete diz Prudêncio, e nã de Huesca como algũs dizem)”¹³.

Depois de resumir a “estoria do marter”, o autor da C1419 narra a história da chegada das relíquias de S. Vicente ao promontório algarvio, no cap. 16, baseando-se, como afirma logo de início, nas “estorias dos araviguos” e na “cronica de Santo Isydro”:

Contão as estorias dos araviguos e eso medês acorda a cronica de Santo Isydro, que foy bispo de Sevilha, que, quando a cra dos mouros andava em xxxbiiiº, que se allevantou em as Espanhas hum poderoso homem a que chamavom Odonamer e começou de conquistar as Espanhas e meter sob seu senhorio tambem mouros como christãos e nunca achou samtuario de christãos que nom destruyse, nem os ossos dos corpos dos santos e muymentos que não queymase e destroyse. E, andando asy em sua conquista, encaminhou pera Aragom, e os homes bõos que tinhão o corpo do martir Sam Viçente, quando souberom que Adonaamer vinha tão apoderado e souberom as cousas que fazia às relíquias dos corpos dos santos onde quer que os achavom, ouverom seu acordo de se irem com ele e o levarem a terra donde fosse guardado. E prouve a Deos de os guiar àquele luguar que vos ja discmos, a que dizem o cabo de Sam Viçente, onde ele foy enterado e escondido, e aqueles homens bõos que com ele vierom estiverom sempre continuamente com ele ata que por aly chgou hum cavaleyro mouro que morava na terra dos Algarves, natural de Fez, a que chamavom Albofaçern. E dizem as estorias dos aravigos que dise ele que, andando por aly ao monte, que achara aqueles homens que gardavom aquele corpo, que matara os homens e que leyxara o corpo. (pp. 26-27)

A primeira fonte citada refere-se à crónica de al-Rāzī, historiador cordovês do séc. X, lida através da refundição de cerca de 1400 da CGE1344. Com efeito, a C1419 segue as supressões desta redacção e importa dela a expressão “estoria dos Aravicos”, ausente da primeira redacção da *Crónica Geral*, como mostram a respectiva tradução castelhana¹⁴ e as transcrições feitas por André de Resende na *Carta a Bartolomeu de Quevedo*¹⁵, e nas notas 4 e 8 ao Segundo Livro do poema *Vincentius, Levita et Martyr*¹⁶. Por seu lado, a crónica de Santo Isidoro permanece uma referência misteriosa. Nenhuma das obras históricas deste autor (*Chronicon*, *De Viribus Illustribus* e *Historia Gothorum*) se refere à trasladação de S. Vicente para o Algarve ocorrida em meados do séc. VIII, no tempo de ‘Abd al-Rahmān I, nem tal poderia acontecer, uma vez que o bispo de Sevilha viveu mais de um século antes deste chefe muçulmano.

13. Frei Diogo do Rosário, *Historia das vidas e feitos heroicos & obras insignes dos sanctos: com muitos sermões & praticas spirituaes que servem a muitas festas do anno*, Braga, em casa de Antonio Maris, 1567, p. LXXXV.

14. *Crónica General de España de 1344*, edición crítica de Diego Catalán y Maria Soledad de Andrés del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso, Madrid, Seminario Menéndez Pidal/ Gredos, 1970, pp. 180-184.

15. André de Resende, *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, p. 80 e p. 82 (texto latino), p. 81 e p. 83 (tradução).

16. *Idem*, *Vincentius Levita et Martyr*, reproduction en fac-similé de l’édition de Luís Rodrigues, Lisbonne, 1545. Introduction par José V. de Pina Martins, Ecole Pratique des Hautes Etudes, Braga, Barbosa & Xavier Lda. Editores, 1981, pp. 32-34.

Mas é provável que numa hipotética *continuatio* da *História dos Godos*, que tenha circulado em Portugal sob a autoria de Santo Isidoro, tivesse havido um ou mais capítulos dedicados ao famoso emir de Córdoba. Ou, se não, estaremos pura e simplesmente perante a evocação de uma autoridade que acrescenta crédito à tradição transcrita.

4. *A presumível versão tradicional da trasladação de S. Vicente para o Algarve transmitida pela "cronica del rei dom Affonso"*.

Afirmei atrás que esta versão tradicional deveria estar ligada ao relato da batalha de Ourique. Avancei também a ideia de o autor da *C1419* a deverá ter abreviado para dar lugar ao texto das duas fontes anteriormente referidas.

O que me leva a reforçar a ideia de que tal versão tradicional existiu, tendo muito provavelmente sido absorvida pela "cronica del rei dom Affonso", é um singular testemunho deixado por André de Resende na já referida *Carta a Bartolomeu de Quevedo*. Com o propósito de informar o seu interlocutor acerca das tradições portuguesas sobre S. Vicente, Resende reconta a história das duas trasladações do mártir, afirmando ter utilizado como fontes a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte de Galvão, escrita em português, e uma crónica "antiga", escrita em latim, na época daquele rei, testemunho conservado pelos monges do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ("a que circula em língua portuguesa e da autoria de Duarte Galvão, homem de reconhecida e ampla cultura — obra essa que é mais uma síntese do que uma composição original —, mas também uma antiga, da época do referido rei e escrita em latim (como era próprio dos tempos de então), e preciosamente guardada pelos cônegos de Santa Cruz de Coimbra, onde o citado rei está sepultado", p. 75). Hoje apenas nos é possível comparar o relato de Resende com o da crónica de Duarte Galvão, uma vez que se perdeu o texto da crónica latina. Dessa aproximação conclui-se que, embora o relato do humanista abrevie um pouco a história das trasladações, em geral reflecte-se nele o texto de Galvão. Algumas das divergências narrativas poderão dever-se à intervenção do próprio André de Resende (por exemplo, a explicação adicional acerca da localização da igreja das Santas Justa e Rufina, onde foram primeiramente depositadas as relíquias de S. Vicente, após a sua chegada a Lisboa: "O navio aportou finalmente a Lisboa, junto ao templo das santas Justa e Rufina, no local onde ainda hoje é a porta da cidade chamada de S. Vicente (nessa altura o mar chegava até lá; depois, afastando-se aos poucos, permitiu que a cidade se expandisse", p. 79)). Mas uma das diferenças mais significativas, relacionada justamente com a narração de como o corpo de S. Vicente chegou ao Algarve, deverá resultar, como presumo, do aproveitamento de um passo do texto da referida crónica latina. Resende reconta que os moçárabes aprisionados na batalha de Ourique por Afonso Henriques não só informaram o rei de que S. Vicente era venerado no sudoeste do Algarve, como se lê na crónica de Galvão e na sua fonte, a *C1419*, mas, para além disso, contaram também a história da trasladação do mártir para aquela região, associando-se genealógicamente aos cristãos que no séc. VIII protagonizaram tal acontecimento. Vejamos os textos:

André de Resende, *Carta a Bartolomeu de Quevedo*¹⁷

[O rei] Regressou depois a Coimbra, onde S. Teotónio veio ao seu encontro, para lhe apresentar felicitações. Este ao ver entre os prisioneiros um número considerável de indivíduos que se diziam cristãos e se chamavam moçárabes — isto é, em tradução, mestiços —, pediu ao rei que lhes concedesse a liberdade. O rei chamou-os à sua presença e perguntou-lhes quem eram eles ou de que terra tinham vindo. Eram naturais de Valência, responderam, mas tinham vivido num promontório sobranceiro ao mar, nos confins do Algarve; os seus pais, reccos da vinda de Abderramão, tinham fugido de Valência levando consigo o corpo do santíssimo mártir Vicente e, fixando-se no referido promontório, a construíram umas pobres casas, junto à capelinha onde guardavam o corpo do santo mártir; e aí permaneceram até que um poderoso mouro, que for a caçar para aqueles sítios,

lhes matou os pais e os levou a eles, crianças, como prisioneiros. Disseram ainda que poderiam dar um sinal da veracidade dos factos se as casitas ainda existissem ou se ao menos os corvos, que com familiaridade frequentavam a referida capelinha desde o tempo em que o mártir ali aportara — daqui tinha vindo a designação que os Mouros davam ao promontório: Monte dos Corvos —, continuassem a fazer como antigamente.

Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*¹⁸

Cap. 14

Depois dos tres dias que elRey dom Affonso estue no campo, com muy grande honrra e grandes presas douro, prata, prisioneiros e gaaados tomados na batalha, tornou-se pera Coymbra. Amtre os presoneiros era huñ boom quinhm de gemte que chamauam moçaraues [...]. Vijnham amtre estes moçarcues dous homẽes de gramde hidade e muy louuada uida, os quaaes

comtarom a elRey como ja esteueram no cabo da terra do Allgarue que mais saac ao mar dOçidemte, e que naquelle luguar jazia o corpo do martir Sam Viçemte, ao qual elles alli uiram fazer muitos millagres.

*Crónica de 1419*¹⁹

Cap. 18

Depois dos tres dias pasados que ele esteve no campo com grande honra e com grandes gamças d.ouro e de prata e gados e presoneyros, tornou-se pera Coimbra. E, antre os prisoneyros que ele trazia, vinhom hũa companha de gentes que chamavom moçaraves [...]. E amtre estes moçaraves vinhom dous que crom horriens de grande idade e d.estremada vida, os quaes comtarom a el.rey como estiverom no cabo da terra que departe o mar Oçeano dõnde se começa ho mar Mediteraneo, e que naquelle luguar jazia o corpo do marter Sam Viçemte, ao qual eles virom fazer muytos milagres.

Creio que o texto transmitido por André de Resende nos permite vislumbrar a forma como a historiografia tradicional sobre Afonso I entrelaçava o episódio da batalha de Ourique com a temática vicentina. Esse elo estabelecer-se-ia através da voz dos prisioneiros de Ourique, que divulgaram junto dos cristãos do Norte a tradição hagiográfica moçárabe acerca da trasladação de S. Vicente para o sudoeste algarvio. Voz que na *C1419* se tornou diferida e muita resumida, mas que na "cronica del rei dom Affonso" provavelmente ainda não o seria. O texto da fala dos moçárabes poderá ter sido influenciado pela memória hagiográfica de Mestre Estevão (os *Miracula Sancti Vincentii Martiris*), onde se evocava resumidamente a história da trasladação, ou pela tradição oral, ou ainda eventualmente pela crónica árabe de al-Rāzī, que no séc. X fixara a memória tradicional daquele acontecimento.

Parece-me, com efeito, bastante plausível que um texto com as características que o testemunho de Resende deixa adivinhar tenha feito parte da crónica latina desaparecida, até porque na narrativa que a precedia, a da batalha de Ourique, o discurso directo deveria ser uma modalidade discursiva bastante explorada (já antes, pois, da profunda intervenção do autor da

¹⁷ André de Resende, *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, p. 75 e p. 77 (tradução).

¹⁸ Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, IN-CM, 1995, p. 70.

¹⁹ Edição citada de Adelino de Almeida Calado, pp. 24-25.

“cronica del rei dom Affonso”). Será que fazia igualmente parte deste relato latino da batalha de Ourique o trecho que António Brandão cita, a partir de uma “memoria antiga de Sãta Cruz de Coimbra”, escrita em latim (ou “Memoria escrita de mão de S. Cruz de Coimbra”, como também a designa), na terceira parte da *Monarquia Lusitana*? Trata-se também neste caso de uma fala: a que os guerreiros portugueses dirigiram a Afonso Henriques procurando demovê-lo do confronto militar com os mouros, nos campos de Ourique. A *C1419* transmitiu o texto desta fala, mas a sua forma resumida mostra que a tradição de que fazia parte se foi modificando ao longo do tempo. Pelo menos dois autores intervieram nesse processo, o da “cronica del rei dom Affonso” e o da *C1419*. Vejamos as transformações ocorridas:

*Memoria escrita de mão de S. Cruz de Coimbra*²⁰

Verba nobilium exercitus in Oriquo ad Regem Alfonso. Amorē, et bonam voluntatem, quam in personam tuam habemus <sic>, nos obligat dicere, quod <sic> arduum hoc negotium non tentes. Adest periculum, quia cincti a Mauris, illi multi, nos pauci. Bene audisti paulo antea tuos vigilatores quod sunt infiniti equites, et multo plures pedones, taliter quod vnus nostrorum debet praeliare aduersus centum, et secundum hoc certum est vinci: et quod oblatrant pro victoria, diem vt citius veniat desiderant. Quare rogamus vt in eas aliquam pacem cum Ismaele per aliquod tempus, ne nos perdas insimul et regnum, nostras vxores, et nostros filios, Attendas Regno, et tuac vtilitati, et honori, diuertas ruina quam imminet, quod iterum supplices petimus et cum instantia vt velis nos ab hoc discrimine eripere.

Volto ainda às presumíveis palavras dos moçárabes, porque julgo que a hipótese que atrás levantei de a *C1419* guardar dessas palavras apenas um breve sumário se torna agora mais fácil de justificar: é que a história que os moçárabes contavam praticamente coincidia com o trecho da crónica dos “araviguos” que o cronista de 1419 tinha optado por integrar na sua compilação, com o objectivo de alargar o âmbito das referências sobre S. Vicente. Na verdade, só abreviando o texto de uma das fontes utilizadas se evitariam as de outra forma inevitáveis repetições.

Sobrepondo a fonte que guardava o testemunho mais antigo da tradição sobre o culto moçárabe de S. Vicente (a *Crónica do Monro Rasis*) a uma versão da historiografia sobre o primeiro rei transmitida pela “cronica del rei dom Affonso”, que também falava daquele culto, o autor da *C1419* acabou por apagar um elo narrativo que não mais se recuperaria: o que unia os moçárabes do tempo de Afonso Henriques, enquanto narradores de segundo grau, à história da trasladação de S. Vicente para o sudoeste peninsular. A voz daquelas personagens desaparecia assim, nos inícios do séc. XV, da historiografia sobre Afonso I. Começava uma nova etapa da transmissão textual da tradição sobre o culto vicentino no Algarve.

²⁰ António Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira (Liv. X, cap. I), Lisboa, Pedro Craesbeck, 1632, p. 118r. [reimp. pela IN-CM, 1973]

²¹ Edição citada, p. 19.

AS PINTURAS DA ERMIDA DE SANTO ANTÓNIO DOS AÇORES NA VIDIGUEIRA

Maria Teresa Cabrita
ES Garcia de Orta

Introdução

A prática da pintura mural na história da arte vem desde tempos imemoráveis. Porém desde finais do século XIII até ao longo do século XVI, que os grandes artistas pintores se destacaram em acentuadas representações aliadas à espiritualidade nos espaços de culto. Para além de diversas técnicas de pictóricas, uma maioria das obras notáveis vão desde os frescos de Miguel Ângelo, como os de Giotto em Pádua, ou os de extraordinária espiritualidade de Fra Angélico nas celas do Convento de San Marcos em Florença.

No entanto muitos outros artistas serviram-se de inspiração para as suas obras.

Em Portugal ermidas, igrejas e capelas seriam por tradição revestidas de pinturas murais a fresco ou tempera. Muitos desses testemunhos perderam-se por variados motivos. Sendo um revestimento pictórico ligado aos condicionalismos arquitectónicos, resultando numa matéria de grande fragilidade, pela sua dependência.

Actualmente uma série de circunstâncias têm contribuído para a revelação de pinturas murais situadas em diferentes localizações de Portugal - vão da época Medieval até ao séc. XVII/XVIII.

De resto, as mais antigas fontes de informação¹ são o grande motor e estímulo à investigação, sendo de assinalar as notícias sobre sobrevivências de algumas pinturas murais pelo Professor Dr. Vergílio Correia em 1919²; ilustram o imaginário colectivo na valorização do discurso verbal com o discurso artístico.

A maior parte da pintura de frescos surgia na decoração de igrejas e de outros monumentos. Havendo um vasto núcleo de murais em conventos mendicantes³ em Portugal.

Nas inúmeras técnicas de pintura como nos estilos, resultaram de influências diversas, reveladas através dos processos de execução, as quais visavam assegurar a maior durabilidade possível.

A Pintura Mural oferece precioso contributo como meio de expressão Humanística na valorização da igreja e do seu espaço, partindo do gosto e capacidade do pintor ao sabor de uma exigência motivada de fé, mediante um programa a cumprir de fácil comunicação e receptividade. Os artistas prestavam assim elevados contributos⁴, transportando os crentes a uma visão devocional.

A ermida de Santo António dos Açores - fisicamente isolada, está integrada numa propriedade rural, no cimo de uma colina, rodeada de terreno de sementeira. Lembra as movimentadas romarias de outras épocas. Com os fluxos migratórios a juntar às poucas condições de vida, necessárias à fixação das populações, esses lugares desactivaram-se completamente. Assim a ermida degradou-se até ficar em plena ruína, por longo tempo: Desconhecem-se as origens da sua fundação, havendo referências desde o séc. XVIII⁵.

1. “Frescos” Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Dezembro 1937 - n.º 10, p. 13, 14.

2. Vergílio Correia, *Monumentos e Esculturas (séculos III-XVI)*, Lisboa, 1919, p. 66.

3. Saul António Gomes, *Vésperas Batalhinas* (Estudos de História e Arte) Leiria 1997, p. 113 e 114.

4. *Carta do Papa João Paulo II aos Artistas*, “... O tema religioso é dos mais tratados pelos artistas de cada época. A Igreja tem feito sempre apelo às suas capacidades criativas, para interpretar a mensagem evangélica e a sua aplicação à vida concreta da comunidade cristã. Esta colaboração tem sido fonte de mútuo enriquecimento espiritual...” 1999, p. 26.

5. *Memórias Paraquais de 1758*, vol. 40, Memória 228, fls. 1287 a 1289.